

# MARIA YEDDA LINHARES E A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: diálogo com Francisco Carlos Teixeira Silva

*MARIA YEDDA LINHARES AND THE FULL-TIME EDUCATION: dialogue with Francisco Carlos Teixeira Silva*

---

**Sheila Cristina Monteiro Matos**

Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

E-mail: sheilammatos@uol.com.br

## INTRODUÇÃO

O Programa Especial de Educação (I PEE - 1983 a 1986) foi uma das experiências mais amplas e emblemáticas da educação básica no Brasil. O Programa apresentou, como *fazimento* principal, a criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), instituições para cerca de 1.000 alunos, em tempo integral no espaço escolar<sup>1</sup>. Tais centros tinham como concepção a ideia de que o aluno de comunidades populares deveria permanecer mais tempo na escola, devido à vulnerabilidade social.

Em plena transição do período autoritário do Regime Militar à redemocratização no país, a implementação do I PEE foi criada como condição fundamental foi uma crítica à predominante pedagogia hegemônica e tecnicista, bem como ao clientelismo e ao uso máquina pública em razão de interesses próprios (SOUZA, 2014; FARIA, 2010; 2011).

Mignot (2001, p. 162) ao retratar os CIEPs reitera que:

[...] a utopia pedagógica pedetista encontrou um solo fértil entre aqueles que tinham o desejo inconsciente de encontrar uma fórmula, um método, um modelo capaz de solucionar todos os problemas e dilemas da sala de aula. Para esses, a proposta era democrática porque permitia às crianças dos setores mais desfavorecidos

---

<sup>1</sup> Nas palavras de Bomeny (2008, p. 96), “não há como negar que os CIEPs se tornaram referência e inspiraram a criação de escolas em tempo integral em todo o país. Esta foi uma associação que o tempo não desfez: CIEP é, ainda hoje, sinônimo de escola em tempo integral”.

recidos uma experiência pedagógica rica. A qualidade era mais importante do que a quantidade.

Tanto defensores quanto acusadores do novo modelo de educação em tempo integral se enfrentavam com posturas inconciliáveis. Utopias, sonhos, contradições pedagógicas, questões orçamentárias e administrativas foram discutidas ao longo daquela década.

Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, respectivamente governador e vicegovernador eleitos democraticamente para o Estado do Rio de Janeiro, convidaram a historiadora Maria Yedda Leite Linhares para a secretaria municipal de educação, cargo fundamental para a implementação do Programa.

Maria Yedda tinha uma história acadêmica de valor. Nordesteira de Fortaleza, foi aluna de Anísio Teixeira na década de 1940. Em 1957, foi a primeira mulher professora catedrática do Brasil, na Universidade do Brasil. Na década de 1960, como diretora da Rádio MEC e professora da Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), foi presa várias vezes e respondeu por, pelo menos, nove inquéritos policiais militares. Foi exilada na França e retornou ao Brasil em 1974. Após a Anistia, foi reintegrada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Brizola e Darcy tinham motivos de sobra para acreditar, em Maria Yedda, a possibilidade aprimorar a educação das classes populares.

Maria Yedda, como secretária municipal (SME/RJ) (março de 1983 e julho de 1986), efetivou a participação dos professores e da comunidade nas discussões e na elaboração de programas referentes à alfabetização, treinamento, conteúdos programáticos, gestão escolar e avaliação (FARIA, 2008).

No anseio de estabelecer relações entre as práticas pedagógicas e o pensamento educacional propagado entre os educadores na década de 1980, entre diferentes projetos político-pedagógicos em disputa durante o I PEE, estabelecemos diálogo com o Professor Francisco Carlos Teixeira Silva<sup>2</sup>, um dos

---

<sup>2</sup> Francisco Carlos Teixeira da Silva é formado em História e Educação (UFRJ, 1976), possui Especialização em História do Brasil (UFF, 1977) e Mestrado em História do Brasil (UFF, 1981) e *Magisterwissenschaft* pela Universidade Livre de Berlim, 1983. É doutor em História pela Universidade Livre de Berlim e UFF (1991); possui Pós-Doutorado em História Política e Social na USP, na Universidade Técnica de Berlim e na Universidade Livre de Berlim. Entre atividades profissionais, destacamos: Professor Adjunto de História Agrária no CPDA/UFRRJ (1976-1981), Professor Adjunto de História Moderna e Contemporânea da UFF (de 1977 até 1991), Professor Titular de História Moderna e Contemporânea da UFRJ (desde 1991) e Professor Titular de Sociologia Política do IUPERJ/ UCAM (2014-2016). Professor Emérito da Escola de Comando e

principais discípulos de Maria Yedda, que foi seu Chefe de Gabinete e até mesmo secretário interino durante a gestão municipal no I PEE.

A seguir, sinalizamos os principais pontos dessa entrevista<sup>3</sup>.

### **Professor Francisco Carlos, me fale um pouco sobre sua visão a respeito da professora Maria Yedda. Quem era Maria Yedda Linhares?**

R: Não cabe aqui fazer uma digressão imensa sobre a militância política de Maria Yedda, mas eu avalio que o mais importante aqui se refere a algumas observações feitas por pessoas bastante distanciadas da Yedda e sem informações sobre isso: a relação direta entre Yedda e educação.

Maria Yedda foi uma das primeiras alunas da Universidade do Distrito Federal (UDF), criada em 1934, no Rio de Janeiro, a segunda universidade do Brasil (a primeira tinha sido a recém-criada USP, em São Paulo).

Imediatamente, Getúlio Vargas criou, no Rio de Janeiro, o que seria uma universidade da República, chamada, por isso, Universidade do Distrito Federal. Os primeiros cursos funcionavam onde hoje é a escola Amaro Cavalcante, no Largo do Machado.

A Universidade foi idealizada pelo doutor Anísio Teixeira e viabilizada pelo então prefeito do Rio de Janeiro, intelectual, extremamente culto, Doutor Pedro Ernesto. O projeto pedagógico da Universidade do Distrito Federal era de Anísio Teixeira. Maria Yedda foi aluna lá, onde começou a sua vida intelectual (ela tinha saído do colégio São Paulo Apóstolo, onde ela fez o ensino que hoje é equivalente ao ensino médio, e foi direto para universidade) ligada diretamente às diretrizes pedagógicas e à moção de escola criada pelo doutor Anísio Teixeira.

Então, sem entender Anísio Teixeira e a relação de Anísio Teixeira com a UDF, nós não podemos entender a vocação da Maria Yedda para a questão da educação. Durante a gestão de Maria Yedda na educação, vários críticos disseram: “Maria Yedda era professora universitária, nada sabia sobre educação básica”.

Ao contrário, ela era uma aluna de Anísio Teixeira. Mediante Anísio Teixeira foi que ela encontrou Darcy Ribeiro. Via Anísio Teixeira, também encontrou

---

Estado-Maior do Exército; Professor Conferencista da Escola Superior de Guerra; articulista da GloboNews (1994-2014); articulista da Agencia Carta Maior.

<sup>3</sup> Entrevista realizada no Bistrô Mandala, Centro do Rio de Janeiro, em 30 de setembro de 2016.

com Paulo Freire. Há uma ambiência, desde logo, na questão de formação de professores. A ideia, inclusive, de que toda educação é emancipadora, se não for emancipadora, não é educação. Esse era o princípio fundamental que reapareceu depois no Programa Especial de Educação.

**Professor, você trabalhou com Maria Yedda durante sua gestão da Secretaria Municipal de Educação. Como se consolidou esse trabalho na Secretaria?**

R: Eu trabalhei com Maria Yedda desde 1975, quer dizer, bem antes da questão da Secretaria. Já, naquele momento, discutíamos muito um projeto de educação para o Brasil. Vamos lembrar que Maria Yedda foi uma das pessoas que compôs o corpo de fundadores da UnB [Universidade de Brasília], no início dos anos 60, em Brasília, com Darcy Ribeiro. A discussão sobre educação era uma constante nesse sentido.

Na Secretaria Municipal de Educação, embora eu fosse professor, eu não tinha nenhum cargo efetivo. Eu tinha me recusado a ter qualquer cargo, porque, na ocasião, havia feito campanha para o candidato Gabeira, do PT. Eu não achei digno que, tendo feito campanha para o Gabeira, recebesse um cargo na Secretaria Municipal e no Governo Brizola, Marcelo Alencar etc. Logo, eu trabalhei absolutamente sem cargos, sem salário, embora tivesse que trabalhar cotidianamente e servisse, na verdade, de um secretário geral da professora Maria Yedda.

**P: Sabemos que a professora Yedda foi convidada pelo professor Darcy para compor essa equipe gestora no período de 83 a 86. Como se estabelecia a relação entre os dois?**

R: Yedda e Darcy se tratavam como irmãos. A relação deles vinha desde os anos 1940, desde a experiência e da vivência comum de Darcy com doutor Anísio Teixeira e, um pouco mais tarde, com Paulo Freire.

Cabe aqui uma observação. Vários educadores têm uma mania incansável de se contrapor à Darcy Ribeiro, Paulo Freire, como se fossem coisas diferentes. Na verdade, isso é uma total falta de conhecimento da história.

Darcy Ribeiro era chefe da Casa Civil do governo João Goulart, e foi ele quem que nomeou Paulo Freire para o Programa Especial de Alfabetização de adul-

tos, programa que se tornou mundialmente conhecido como método Paulo Freire. Isso só foi possível porque foi uma escolha de Darcy Ribeiro quando era chefe da Casa Civil de João Goulart. Nessa mesma ocasião, Darcy Ribeiro nomeou Maria Yedda como diretora da Rádio Ministério de Educação e Cultura, para colocar em prática programas, inclusive de educação à distância.

Na verdade, não foi a eleição de Brizola nem foi o programa especial que aproximaram Maria Yedda de Darcy Ribeiro. Eles tinham uma amizade intensa. Berta Ribeiro, a primeira esposa do Darcy, era amiga pessoal de Maria Yedda. Eles conviveram intensamente e trabalharam todos juntos nas reformas de base no Governo João Goulart.

**P: E que *fazimentos* surgiram aí dessa interligação entre o professor Darcy, professora Maria Yedda e Brizola?**

R: Na verdade, Maria Yedda já conhecia Brizola há longo tempo. Na tentativa de golpe de estado de 1961, quando Jânio Quadros renunciou e as Forças Armadas tentaram impedir a posse de João Goulart, Maria Yedda, na direção da Rádio MEC, colocou a rádio em cadeia com a Rádio Farroupilha do Rio Grande do Sul, na chamada cadeia de luta pela legalidade.

A rádio, aqui no Rio de Janeiro, a rádio MEC, foi uma das únicas não invadidas pelos grupos paramilitares do Carlos Lacerda. Se pôs a fazer a campanha [da cadeia de luta] e se colocar à disposição do Leonel Brizola e do Terceiro Exército, que resistiam à tentativa de impedimento da posse de João Goulart. Essa relação e essa identidade política são muito anteriores a 1982, já vinham desde o Governo João Goulart.

**P: E no aspecto pedagógico mesmo, professor Chico, esses *fazimentos*, surgiram os CIEPS, as Lelés<sup>4</sup>, novas propostas de currículo.**

R: Nós temos aí que ter clareza da biografia do Brizola. O Brizola veio de uma família extremamente pobre do interior do Rio Grande do Sul, com algumas características muito distintas. Por exemplo, a família era de protestantes, em

---

<sup>4</sup> Escolas pré-fabricadas em Santa Cruz, Rio de Janeiro, que demandavam um tempo de construção de dois meses. Foram projetadas por João Filgueiras Lima. Era um meio prático e barato para construção de uma escola. O governo Brizola, na gestão de Maria Yedda, construiu mais de 200 escolas desse tipo visando a extinguir o terceiro turno (CREP, 2007).

um Estado ainda predominantemente católico. Uma família numerosa, mas muito ligada ao pensamento radical gaúcho que dividia o Estado muito claramente, naquele momento, entre Maragatos e Chimangos. Brizola pertencia e se identificava com esse pensamento radical de reforma da sociedade. Nós estávamos na República Oligárquica dos coronéis.

A ideia era de reforma. Brizola teve uma experiência muito dramática. Ele praticamente quase não pode estudar: não havia escolas públicas no interior do Rio Grande do Sul. As escolas eram dominadas pelos padres. Eram escolas religiosas e não o aceitavam, ou porque era pobre ou porque era protestante. A ideia de uma escola laica, que não tivesse vínculo religioso, foi muito importante.

Em várias conversas com Brizola, ele dizia que, com 10, 11 anos de idade, quando passava na frente das grandes escolas religiosas, ficava olhando, pelo muro, para dentro. As crianças todas estudando, brincando, com aqueles uniformes todos coloridos. E ele não tinha acesso. Ele conseguiu, muito dificilmente, um grupo escolar rural, para o qual tinha que andar alguns bons quilômetros.

Em certa ocasião, Brizola me disse, que, desde criança, ele aspirava: “eu ainda vou fazer escolas para todas as crianças. Não é justo que isso não seja assim”. Ele conseguiu se esforçar, passou por uma universidade pública, se formou em engenharia, e, quando ele foi governador do Rio Grande do Sul, criou inúmeras escolas públicas pelo interior do Rio Grande do Sul. Até hoje, o Rio Grande do Sul possui um padrão de escolarização dos mais elevados do Brasil.

Quando ele veio para o Rio de Janeiro, ele disse assim, “o eixo da questão é educação”. Quer dizer, não coube, nem a Darcy, nem a Maria Yedda, proporem a ele que educação fosse o eixo central do seu governo, Brizola já trazia isso.

Evidentemente, ele era engenheiro, tinha sido governador do Rio Grande do Sul, deputado federal, tinha vivido no exílio nos Estados Unidos, na Argentina, na Europa: ele conhecia modelos de escolas diferentes. Mas, mesmo assim, ele vem a Darcy Ribeiro e a Maria Yedda perguntar que escola é essa. E essa escola foi uma discussão muito ampla.

Então, se pensou, exatamente a partir da Escola Parque de Anísio Teixeira, o modelo da escola base do Programa Especial de Educação. A Babi Teixeira, a

filha do Anísio, pedagoga, era uma pessoa [de presença] constante. Embora doutor Anísio já estivesse morto, ela estava ali conosco, o tempo todo. Foi uma pessoa que nos ajudou muito nesse processo. Ela tinha sido casada com Paulo Alberto, o famoso jornalista Artur da Távola. Daí que se surgiu mil outras vinculações.

Evidentemente, não era a Escola Parque total, porque essa tinha sido uma experiência dos anos 30 a 40: já tinham coisas novas nesse sentido. Assim, pedimos auxílio a outras áreas. Por exemplo, a questão da arquitetura, a questão da nutrição, que foi se buscar na escola Ana Davis. Teve um grupo muito grande discutindo todo esse processo.

Inclusive, Brizola reuniu praticamente todo o secretariado, não apenas educação, mas o secretariado municipal e estadual, lá no pavilhão do Palácio Laranjeiras, e, durante um dia inteiro, ele questionou, “o quê que fazemos? Serão dezenas de pequenas escolas espalhadas pelo estado inteiro ou vamos fazer escolas maiores concentrando?”.

Todo mundo falou várias coisas. Ele parou e disse assim: “devemos fazer grandes escolas, escolas com bons equipamentos, com equipamentos para todo mundo”. Havia uma presença muito clara de Brizola, dessa tradição do radicalismo republicano gaúcho e da própria biografia dele, que tem esse encontro com esse modelo da escola que vem do doutor Anísio Teixeira.

### **P: E como pensar essa nova escola naquele contexto Chaguista<sup>5</sup> e Brizolista?**

R: A última grande intervenção sob escolas no Rio de Janeiro, antes do Programa Especial de Educação, tinham sido as escolas construídas no governo Carlos Lacerda, com a secretária da educação Sandra Cavalcanti. Eram escolas que mereceram uma crítica tremenda, porque, no afã de Carlos Lacerda mostrar serviço, as escolas eram muito mal construídas.

Nos jornais da época do governo Carlos Lacerda, aparecem as expressões escolas de papelão. Eram escolas pré-moldadas de madeira. Não suportavam chuva, desmontavam. Além de tudo, para ter eficiência no número de matrículas

---

<sup>5</sup> Refere-se à influência de Chagas Freitas na política do Estado do Rio de Janeiro (1979-1983), governador que antecedeu Leonel Brizola. Imbuídos pela lógica Chaguista, ainda permanecem algumas manobras que, por meio do uso da “máquina política”, utilizavam práticas antidemocráticas e clientelistas (FARIA, 2011).

culas, os turnos duravam três horas e meia. A mesma escola tinha três turnos seguidos, para poder aumentar a quantidade de matrículas e dizer que as crianças estavam frequentando a escola.

Quando chegamos, havia essa herança de dezenas de pequenas unidades muito mal construídas, muito mal estabelecidas e com problemas estruturais enormes. Com turnos que mal duravam três horas e meia de permanência dos alunos na escola. Logo, grande parte do projeto se ergueu também como uma crítica profunda às escolas de papelão de Carlos Lacerda.

**P: E o Encontro de Mendes<sup>6</sup>, professor, você esteve lá, o quê que você pode falar sobre?**

R: Na verdade, nós sabíamos que íamos construir as escolas. Sabíamos que as escolas iam ser o elemento fundamental. Acreditamos que a mudança vinha pela educação, e isso vinha do doutor Anísio Teixeira: “a educação é emancipadora ou não é educação”. Mas nós também não sabíamos exatamente como seria feito o programa, e como seria a participação dos professores.

Nesse momento, a mão do Darcy Ribeiro foi fundamental. Foi Darcy Ribeiro quem implementou as reuniões por escolas, a eleição dos delegados, o Encontro de Mendes e, depois, o encontro do Maracanãzinho, a reunião para decidir e discutir o programa.

A ideia de um programa autoritário, vindo de cima, considerando o momento atual em que estamos vivendo, uma reforma do ensino feita por medida provisória (MP), é de um desconhecimento ou de uma maldade enorme. Houve reuniões nas escolas, eleições de delegados nas escolas, encontros de regionais, um encontro grande de Mendes e um encontro final no Maracanãzinho para definir os modelos e as prioridades, inclusive da distribuição curricular, das disciplinas.

Foi um processo que, hoje, olhando para trás, eu me surpreendo por seu caráter altamente democrático.

Me parece extremamente democrático o fato de que, naquela época, chamamos os professores e fizemos, via assembleias e delegados, a discussão dos

---

<sup>6</sup> As bases do I PEE foram debatidas no Encontro de Mendes, em 1983, evento que aprofundou as discussões sobre o fracasso da escola pública (CUNHA, 2005).



processos. Ainda mais levando em consideração que, depois do Programa Especial de Educação, não foi feito mais nada (houve aquela tentativa do Collor com os CIACs [Centro Integrado de Atividades Complementares], mas que não deu em nada).

**P: E a relação da professora Maria Yedda junto com a militância, junto ao CEP, junto às outras categorias da educação?**

R: Militância, para nós, era a militância do PDT [Partido Democrático Trabalhista]. Tínhamos um corpo de professores e funcionários, praticamente todo o pessoal, merendeiras etc. Era muito ligado naquele momento ao PDT.

Com o CEP [Centro de Professores do Estado do Rio de Janeiro, atual SEPE, Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação], isso não acontecia. Por quê? Porque o CEP foi imediatamente hegemonizado pelo PT [Partido dos Trabalhadores] e o projeto do PT era ser e ter o monopólio da esquerda (eu sou fundador do CEP, o primeiro aluguel do CEP fui eu que paguei). O PT queria estar sozinho na esquerda, então batia no PDT e tentava criticar qualquer ação do PDT.

Esse foi o trabalho do Godofredo Pinto, foi exatamente fazer oposição, pouco importando o que acontecesse e o que o programa fosse. Logo que chegamos, o primeiro ato do governo Brizola foi dar um aumento de 96% para todos os professores. Fizemos um processo democrático e aberto, mas o CEP não podia aceitar. Por quê? Porque o CEP era desumanizado pelo PT e o PT queria ter o monopólio da esquerda, queria ser o único partido da esquerda. Nesse sentido, para o PT, o projeto de educação era muito pior do que a escola privada, do que a escola do Carlos Lacerda ou qualquer coisa.

Nesse momento, o PT se aliou objetivamente a O Globo e à Rede Globo de Televisão para combater o projeto de educação. Várias vezes, eu fui às escolas que tinham problema de telhado, de vazamento. Chegava lá, a Rede Globo tinha avisado ao CEP. Iam os militantes do CEP para acusar que estávamos construindo escolas sem necessidade. Houve uma aliança entre PT e a Rede Globo. Hoje, eles reclamam da Rede Globo, mas eles foram extremamente aliados à Rede Globo contra o programa de educação.

Há um ano e meio atrás, eu fiz um seminário com o senador Lindbergh [Farias] do PT sobre educação, e ele próprio falou que foi um erro tremendo a atuação

do PT, um erro que só se entende por estratégias políticas que nada tinham a ver com educação.

Eu próprio tive experiências extremamente negativas. Por exemplo, eu era responsável pela negociação do plano de cargos e salários. Quando estava tudo praticamente resolvido, quando o gabinete negociava uma coisa com o CEP, com o Godofredo (ele era a liderança do PT na Assembleia Legislativa), o que eles passavam para as assembleias era uma situação totalmente distinta.

Quando eu fui à assembleia de professores, enfim, eu era professor, fui ameaçado inclusive fisicamente. Ficava muito claro que o informe que eles davam aos professores não era aquele que tínhamos discutido durante horas na Secretaria de Educação. Era totalmente falseado.

Quando fechamos o programa de cargos e salários (eu virei a noite dentro da Assembleia negociando com os deputados), no dia seguinte, de manhã, chegou a ordem da CUT [Central Única dos Trabalhadores] para não aceitar. Eu fiquei sem entender nada, e um aluno meu, que era do CEP, meu orientando de tese, é que me explicou: “pelo amor de Deus, não conta que eu estou te dizendo, mas não queríamos, primeiro, porque, se esse programa acontecer, não vamos conseguir fazer oposição ao PDT e, em segundo lugar, porque, pelo programa, implantaríamos a mesma cadeira universitária no Estado, 20 ou 40 horas, com preferência de 40 horas com dedicação exclusiva”, e o professor somava as matrículas para poder, então, ter um tempo de preparo etc.

Eles disseram, “não podemos aceitar porque, com várias matrículas, o CEP vai para direção da CUT, aparece como um dos sindicatos com maior número de filiados. Se vocês fizerem isso, vai cair o número de nossos filiados, porque um professor, que vale por dois, vai passar a valer por um, e, aí, vamos perder a nossa posição da direção da CUT”. Nós discutíamos educação, eles discutiam política sindical.

**P: E qual seria, professor, a contribuição da professora Maria Yedda para a escola integral, os confrontos políticos na época: seriam as escolas de favela?**

R: Não, isso nunca. Também nunca ouvi isso, dessa forma. A única coisa que eu me lembro, nesse sentido, foi que nós tentamos que, na Assembleia

Nacional Constituinte, o projeto do programa especial fosse incorporado à Constituição, obrigando a ter o plano de cargos e salários e a escola de tempo integral.

Isso criou uma discussão enorme, porque havia um *lobby* de escolas privadas contrário, assim como um *lobby* das igrejas. A igreja era contra, porque, evidentemente, mantém escolas de excelência que seriam atingidas, e o nosso projeto era um projeto de escola laica. E o PT tinha, naquele momento, um grande apoio das igrejas [...].

Houve uma discussão muito grande em Brasília-DF sobre o assunto. Logo, o PT resolveu mandar ao Rio de Janeiro duas pessoas para examinar os CIEPs, para saber se apoiava ou não o programa dos CIEPs na Constituinte. Vieram dois deputados constituintes, o professor Florestan Fernandes, grande sociólogo brasileiro, amigo pessoal do Darcy Ribeiro e da Maria Yedda, e o então Deputado Lula da Silva.

Eu fui de carro apanhá-los no aeroporto para visitar um CIEP. Como o aeroporto era o Santos Dumont e eles estavam vindo de São Paulo, nós escolhemos o CIEP Tancredo Neves: tinha sido o primeiro CIEP e ficava mais próximo. Era mais fácil ali. Logo no aeroporto, o deputado Lula da Silva perguntou se era o CIEP que teríamos maquiado.

Eu fiquei muito chocado com isso. Falei que não tinha hábito de maquiar nada no serviço público. O professor Florestan Fernandes também ficou muito chocado. Florestan era um amor de pessoa. Eu convidei os dois então para tomar café na secretaria e, em seguida, apresentei um mapa dos CIEPs implantados, para que, então, eles escolhessem qualquer um, independentemente da nossa sugestão. Era período de férias. O deputado Lula perguntou qual deles que ficava em favela, aí eu amostréi aqueles que se encontravam nas favelas, nos morros. Ele então colocou o dedo e escolheu um CIEP que estava recém-implantado no Morro do Pau da Bandeira, no coração de Vila Isabel.

Me deu muita vontade de rir, porque eu nunca tinha pensado em levá-los para o morro. Mas aquele morro, particularmente, eu conhecia bastante bem. A Escola de Samba Vila Isabel era administrada, naquele momento, pelo Martinho da Vila e pela Russa, que era do PC do B [Partido Comunista do Brasil]. Eles tinham um problema enorme de quadra, e nós tínhamos um problema enorme de crianças que não tinham escola lá no morro. Então, nós

trocamos um terreno na beira do morro, pela quadra da escola [de samba] em cima, para construir o CIEP lá em cima.

Construímos o CIEP lá. Praticamente, o CIEP passou a ser administrado pela direção da Vila Isabel na ocasião. A Russa teve um papel muito importante, tinha muita consciência e tinha uma militância importante do PC do B.

Houve uma questão complicada. Nós não aceitávamos que diretores fossem eleitos naquele momento de implantação do programa. Esse fato era aproveitado pelo CEP contra a gente. Por quê? Porque víamos um grande risco do crime organizado e também, sem comparações, víamos um grande risco de o próprio CEP indicar uma diretora contrária ao programa e o programa não ser implantado.

Nós acreditávamos que democracia seria eleger o governador, que implantaria o programa, e não eleger o diretor de escola. Então, discutimos quem seria adequado para ser diretor de escola, ocasião em que eu propus um colega meu de faculdade, chamado Aníbal, que era da diretoria da Vila Isabel. Aí foi comentado, “mas ele é gay”. Naquele momento, estávamos começando o movimento gay, e questionávamos, “como será que a comunidade vai reagir a isso? Será que a comunidade tem algum problema?”. Telefonamos a Russa, e ela: “que nada, adoramos ele”, é tão gay que ele desfila na ala das baianas. Acabou sendo um diretor excepcional.

Foi talvez um dos melhores diretores. Quando chegamos lá, com os dois deputados, ele estava lá, mesmo nas férias. A cozinha estava funcionando, as crianças estavam com os recreadores, que eram elementos fundamentais. Lula pediu para falar com os professores sem a minha presença, à vontade. Naquele momento, fiquei com o pessoal da escola de samba conversando. Depois voltamos, levei ao aeroporto e perguntei, “então, deputado, os senhores vão votar o programa especial?”. Lula respondeu falou, “não, isso é só prédio, se vocês derem aumento decente aos professores, professor dá aula até embaixo de árvore”.

Eu falei, “olha, desculpe, deputado, o senhor me desculpe muito, mas enquanto rico tiver escola boa com biblioteca, com laboratório, com tudo, e pobre ficar embaixo de árvore, a educação não vai avançar. Talvez o senhor pense isso porque o senhor não conhece escola, mas nós queremos sim”. [...]

De fato, quando foi para votação do programa, o PT se uniu à direita e votou contra o programa especial como sendo obrigatório na Constituição de 88.

Ou seja, havia uma política de poder, de monopólio da esquerda e o PT colocou a questão da educação a reboque dos seus interesses políticos.

**P: Professor Chico, você trabalhou como braço direito da professora Maria Yedda. Como era essa rotina dela de trabalho?**

R: Trabalhar para aqueles dois era insuportável, tanto ela quanto ele. O Darcy era enlouquecido, ele estava sempre a 180 por hora, era uma fábrica de ideias. A cada hora, ele tinha uma ideia nova e genial. Só que, evidentemente, na gestão pública, as ideias têm que ser colocadas dentro de modelos para poder funcionar, e ele não tinha a menor paciência para esperar.

Normalmente, ele começava a gestão na casa dele, tomando café da manhã ali em Copacabana. Várias pessoas entravam na casa dele. Aquilo parecia blocos [de carnaval].

Logo após, ele trazia as pessoas para dentro da Secretaria. Não se tinha a menor ideia do quê ele tinha discutido. Aí ele passava: “olha só, você vai fazer isso aqui”, aí quando eu ia ver, ele queria fazer um filme sobre os índios entrando nos CIEPs, e outras ideias desse nível. Eu falei, “não pode, não pode”. Ele ficava desesperado, dizia que eu era um burocrata, que eu não sabia nada de educação, que eu não era um intelectual, que eu ficava ali só pensando o que pode, o que não pode, não sei o quê.

Outro dia ele falou, “mas tem que fazer licitação?”, falei, “tem, senão o senhor vai ser preso, e meu papel aqui é tentar evitar que o senhor e a professora Yedda sejam presos, os senhores vão ter que...”, “mas como é que faz?”, aí eu explicava. Eu sabia, eu tinha assumido, desde cedo, vários cargos na universidade, no arquivo público. Então, eu conhecia a administração pública bem. Aí Darcy, “então, tá, você está com razão”. No dia seguinte, ele chegava com outro projeto. Ou seja, para além do projeto dos CIEPs, foram feitas coisas maravilhosas.

Outro dia, no *Facebook*, eu dei uma esculhambação geral porque um professor de História disse que visitou a biblioteca pública aqui na Presidente Vargas e que ficou fascinado pelo trabalho que o Eduardo Paes construiu. Eu falei,

“perai, aquela biblioteca fui eu e Yedda [que modelamos]. Fomos ao Darcy, o Darcy aceitou. Inclusive, eu não entendia nada de biblioteca e do seu funcionamento, só sabíamos que tínhamos que ter uma. Telefonamos para a esposa do nosso principal adversário, Celina Vargas do Amaral Peixoto, que era uma especialista em arquivo e biblioteca. Aí sentamos, a Celina virou e disse assim, “mas é uma grande ideia”. Eu sou até hoje amicíssimo de Celina, que foi a principal bibliotecária que o [Estado do] Rio de Janeiro nos mandou.

Essa moça sentou conosco, montamos aquela biblioteca como se fosse um modelo. Era uma coisa que havia na Holanda, de você poder ouvir música dentro da biblioteca. Aquilo foi construído exatamente por nós três, eu, Yedda e Darcy, com ajuda da Celina. Se não fosse a Celina, não teríamos o pessoal técnico para fazer isso.

Tínhamos pressa. A sede do arquivo municipal era os fundos de uma serraria na Quinta da Boa Vista. Corremos: “Marcelo, você tem que salvar os documentos, a história do Rio de Janeiro está se perdendo, as fotografias estão se perdendo todas”. E construímos aquele prédio ali ao lado do Hospital São Francisco. Quero dizer, um monte de intervenções que fizemos e que pessoas dizem: “só fez os CIEPs”, como se fosse pouco. Mas foram várias e várias intervenções. Inclusive, uma coisa que foi muito importante e que desmente a questão do abandono da rede tradicional: Maria Yedda tinha um amor enorme pelas escolas construídas por Pedro Ernesto e pelo doutor Anísio lá nos anos 30, 40. Então, todas as grandes escolas dos anos 30, 40 foram reformadas. Inclusive restauro, restauro da cor que elas eram originalmente. Por exemplo, essa grande escola aqui da Glória, a escola lá da Osvaldo Cruz. Todas aquelas escolas, a de Piedade, todas elas foram restauradas.

Yedda seguia esse ritmo, morava em Copacabana, vinha um pouquinho mais de longe. Passava na casa do Darcy Ribeiro. Ali, ficavam horas falando de mil coisas e chegavam à Secretaria por volta de 11 e meia da manhã e, naquele momento, era uma tempestade de ideias. Nossa função era apanhar aquelas ideias e colocar dentro das caixinhas.

### **P: Para tentar mudar.**

R: De certa forma, era um trabalho de castração, de encolhimento, mas, obviamente, tínhamos que fazer isso. Quem nos ajudou muitíssimo nesse pro-

cesso foi o ex-governador Cesar Maia. O Cesar Maia era presidente do Banerj e ele tinha feito uma administração brilhante. Ele era colega nosso, professor da UFF, tinha sido exilado, estava retornando do Chile. Era um administrador e um economista brilhante naquela época.

Nós fomos conversar com ele porque não havia confiança na administração pública que vinha do Chaguismo. Não sabíamos se houve processo: eu vi que eu tinha razão de sobra para não confiar na burocracia que estava ali. Cesar Maia então mandou chamar um gerente do Banerj, apresentou esse senhor, que disse, “Chico, só assina, só manda para o Darcy e para Yedda assinar o que passar por ele. Se ele não der o ok, não assina. Não assina nada que vier de Secretaria de Obras, Secretaria de Fazenda, sem ele ter visto e checado”.

Esse cara teve um papel fundamental. Nós não tivemos uma glosa, qualquer rejeição pelo Tribunal de Contas do Estado de todo o programa nesse sentido.

Havia um mal-estar grande de parte da comunidade científica porque, para agilizarmos os pagamentos, nós usamos a FAPERJ [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro]. Grande parte do orçamento da FAPERJ foi utilizado para construção dos CIEPs, mas não houve de maneira alguma nenhuma glosa do Tribunal de Contas.

**P: A professora Yedda colocou teoricamente essa discussão da *República*, da República dentro da gestão dela. O quê que ela pensava efetivamente de ser educação, o que é educação, o que é o ser político, o que é o processo de alfabetização dessas crianças?**

R: Não acredito, de maneira alguma, que a Yedda tivesse isso como um pensamento original dela. Isso era a questão toda do Anísio Teixeira. Ela estava ali repetindo as coisas que ela tinha aprendido, discutido, desde o manifesto lá da Escola Nova, que o Anísio estava trazendo, e a insistência disso. Talvez, como bônus, ela trazia do exílio dela, na França, pelo fato de ela ter visto a escola pública francesa.

Temos que fazer um parêntese aqui. A República na França, a Terceira República na França, foi proclamada em 1871. Em 76 e 78, começaram as leis republicanas. E daí em diante, começaram várias leis sob escolas e se fundou uma escola pública laica, que passou a ser o modelo da escola pública ocidental. Foi o grande modelo, porque, nos Estados Unidos, a escola não é do

Estado, é da comunidade, é do *County*, o condado que mantém a cidade. Na França não, a escola é verdadeiramente pública. E foi uma luta, porque, até então, isso era monopólio da Igreja.

Quando o Estado francês montou a escola francesa, laica e cientificista, progressista nesse aspecto, ele também proibiu as escolas religiosas. Com isso, vieram todos esses *Sacré-Coeur de Marie*, vieram *maristas*, vieram toda essa coisa, até hoje. Quando eu era criança, as crianças cantavam musiquinha de *marré deci*, joguinho, tudo de padre francês que veio para cá. Tudo que foi expulso da França veio para o Brasil. E a escola francesa se tornou esse modelo de escola republicana.

A Yedda ficou muito tempo exilada na França e ela foi uma pessoa interessada em saber como funcionava isso. Então, na verdade, eu diria que ela tem duas influências: a influência básica do Anísio Teixeira e a experiência do que ela viu da escola republicana francesa.

A ideia básica é que a escola não é lugar de culto. O culto que se faz na escola é o culto cívico, é formar com o hino nacional, as festas nacionais, o Dia da Independência, o Dia da Bandeira. Esses são os elementos do culto cívico. O único culto que tem lugar dentro da escola é o culto cívico, da nação. E isso batia perfeitamente com o jacobinismo do Brizola. Era perfeito essa construção. Então, não há uma novidade, não há um pensamento original nesse sentido, mas uma síntese de coisas que já estavam sendo discutidas há bastante tempo.

**P: O que Maria Yedda pensava sobre os pedagogos (supervisores e orientadores educacionais) na gestão da educação, bem como suas intervenções como especialistas da educação? E como era a relação com as Faculdades de Educação? Havia oposição/confronto de pensamentos, particularmente com os pedagogos?**

R: A relação [com a Faculdade] era muito boa, inclusive vários dos cargos dentro da secretaria foram nomeados diretamente da Faculdade de Educação. Só para você ter uma ideia, Roberto Leher, atual reitor da UFRJ, era funcionário do Programa Especial da Educação, vindo, justamente, da Faculdade de Educação.

Se houvesse uma oposição, não teríamos nomeado pessoas e nem teria, por exemplo, [nomeada] na comissão de seleção de professores, Ana Maria Monteiro. O laboratório de currículos era formado por pedagogos.



O que havia muita irritação e, eu partilhava dessa irritação, era com outra coisa. Era com aqueles núcleos de educação, que depois foram transformados em agências. Hoje, têm um outro nome, as CREs [Coordenadoria Regional de Educação]. Em cada uma delas, 15, 16, 17 pedagogas queriam interpretar o programa para os professores. Então, a luta era contra as pedagogas dos CREs, dali de dentro. Aquele pessoal de quem dizíamos, “não dá aula e quer ensinar a dar aula”.

Não era contra as Faculdades de Educação. [...] Leila Medeiros, da [Faculdade de] educação da UERJ, era uma das assessoras da Yedda. E todo o pessoal era da educação da UFRJ. Agora, havia sim uma herança contra aquelas pedagogas que encheram aquelas agências [atuais CREs]: havia carência de aula de geografia, de matemática, de inglês, de química. Não tinha aula de um monte de coisa, mas havia 15 a 16 senhoras dentro das agências.

Em nossas tratativas, pensávamos: “não vamos abrir concurso para isso [pedagogas para as CREs]. Eu quero abrir concurso para Matemática, para Português, Física e não para isso, não precisa”. Esse posicionamento houve, de fato, e eu fui um dos defensores. Se Maria Yedda ficou com essa fama [contrária aos pedagogos], deve ter sido culpa minha, porque, para elaborar um edital de concurso público, tínhamos que ter um senso comum: “está faltando professor de quê? O quê que precisamos? Como podemos fazer isso?”. O salário era o mesmo. Não se poderia fazer incentivo para ter um professor de Matemática ou de Inglês e pagar mais do que um professor de Português ou de História. Eu tinha que montar editais que pudessem ser atrativos. E na hora de fechar o número de vagas, se eu tivesse que cortar, eu ia cortar no pessoal de Pedagogia.

Agora, todos que ingressavam, tinham feito licenciatura. Não havia ninguém sem licenciatura. Inclusive, um pouco mais tarde, Darcy, conversando conosco, fez aquela obrigatoriedade nas diretrizes (básicas) de que todos os professores tivessem licenciatura de nível universitário. Essa parte foi ele quem fez isso, valorizando a Faculdade de Educação.

**P: Será professor Chico, que não seria a questão do tecnocrata daquele orientador educacional ou supervisor, que essa formação foi criada em 1968, no período da ditadura?**

R: Isso é possível. Eu fiz Faculdade de Educação exatamente nesse período e a minha experiência foi brutal com esse pessoal. Embora eu tivesse professores

de Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, Didática muito legais, eram pessoas, com certeza, que nunca tinham entrado em uma escola em Vigário Geral, em Irajá. Falavam de escola que não existiam.

Naquela época que eu fiz escola e depois eu fiz educação. Eu dava aula, por exemplo, na cidade Alta de Cordovil. Eu saía da Praia Vermelha para ir à cidade Alta de Cordovil. Eu ficava morrendo de rir daquelas coisas que aquelas senhoras falavam. Elas não tinham a menor ideia do que era e não conseguiam, inclusive, uma coisa que, naquele momento, achávamos muito importante: manter a criança dentro da escola.

O grande problema era a evasão. A evasão era brutal e elas acreditaram que a evasão se resolvia com mais avaliação e com mais reprovação. Então, havia um embate ali muito forte nesse sentido, um embate realmente sério e que eu não vi qualquer resposta vinda desses setores.

Agora, no momento em que abrimos o concurso e, principalmente, quando Darcy incluiu, na lei, a exigência de licenciatura para qualquer nível de magistério público, ele valorizou enormemente as Faculdades de Educação. Quem está desvalorizando a Faculdade de Educação é o atual Governo, que abre vaga para notório saber. Isso sim é acabar com a Faculdade de Educação. Nós, ao contrário, tornamos [a Licenciatura] obrigatória. Foi uma legislação nossa que a tornou obrigatória em nível nacional.

### **P: E em linhas gerais professor, qual seria o legado da professora Maria Yedda Linhares para a educação fluminense?**

R: O Programa Especial de Educação é um fenômeno do tempo, do tempo dele. É um projeto múltiplo. Era um projeto pedagógico que estava ligado principalmente a essa nova pedagogia com características mais lúdicas, mais integradas e, principalmente, com o primeiro viés construtivista que conseguimos passar. Esse era o projeto pedagógico.

Havia um projeto também que combinava com esse, que era um projeto arquitetônico, com a ideia de que essas crianças mereciam um lugar digno. A maioria, inclusive, não morava dignamente. Elas precisavam de um lugar digno. O prédio deveria ser digno, deveria ter condições, deveria ter restaurante, banheiros, vestiários, campo de futebol, quadra de esporte, biblioteca. No finalzinho, pensamos na piscina, não conseguimos. Os CIEPs

eram também um projeto arquitetônico e um projeto arquitetônico barato, pré-moldado.

Construíamos em quatro, cinco meses. “Ah, as salas eram muito barulhentas, etc. e tal”, porque era baixo. Gente, isso é tão mesquinho.

Uma vez, eu fui lá perguntar por que a parede não é completa. O cara do escritório do Niemayer falou, “nós recebemos isso”: uma recomendação do Departamento de Saúde. Para não fechar as crianças dentro de caixas, por causa de gripe, piolho, etc., tinha que haver circulação superior de ar, vão aberto para fazer esse tipo de coisa.

“Ah, mas o professor tem que falar alto”. O professor fala alto o tempo todo, tem mania de fazer isso. Mas era uma determinação vinda do Departamento de Saúde, conforme a Organização Mundial de Saúde: não fechar as crianças. Não sei se você lembra, havia, naquele momento, epidemias mortais de meningite.

E também havia aquela abordagem: “ah, construíram na beira da estrada”. Você queria que construísse onde? Lá dentro do vale, lá dentro do buraco? Como é que as pessoas iam chegar.

Muitas vezes, havia, em uma região, como Paty do Alferes, quatro escolinhas, uma de duas salas, uma de uma sala, outra de três salas. Você acabava com aquelas escolas todas e construía uma só, em um lugar de fácil acesso, ponto de ônibus etc.

Havia um projeto pedagógico, havia um projeto arquitetônico e havia um projeto social. Naquele momento, morriam mais de 200 crianças por semana de fome no Brasil. Se você lembrar, havia a campanha do Betinho contra a fome. Para ir a um jogo de futebol ou ao cinema, tínhamos que levar um quilo de alimento não perecível. O Brasil era o país da fome. Aqui era um projeto simples, em que a criança chegava cedo, comia uma fatia de queijo, tomava um copo de leite, almoçava, fazia um lanche de tarde. Isso não tinha dentro de casa.

Eu me lembro que, quando cheguei ao Brasil, depois do exílio na Alemanha, vim ver documentos, papéis, ocasião em que fui em direção à Rio Branco para pegar um ônibus para casa. Entrei no Largo da Carioca, onde há uma Caixa Econômica Federal, com sua escuridão característica. Eu parei e fiquei chocado: o chão era coberto de pessoas e dezenas de crianças dormindo. Eu

contei: tinha 105 pessoas dormindo no chão, encostados na Caixa Econômica Federal.

Havia, portanto, um projeto social nesse sentido. No CIEP, morava uma família, que era normalmente um casal de Corpo de Bombeiros. As crianças, que estavam sem pais, poderiam dormir, viver e ter um pai social no terraço de cada CIEP. Era uma proposta sim.

O CIEP era a síntese de três projetos [...]. Tinha um projeto pedagógico, um projeto arquitetônico e um projeto social. Esses três projetos se uniam nos CIEPs: era a comunhão desses três projetos. Isso era a questão daquele momento. Nos acusaram de estar fazendo paternalismo, principalmente o PT, mas não fomos nós que inventamos o Bolsa Família. Nós inventamos a escola, não o Bolsa Família.

Houve um projeto naquele momento, o CIEP é um projeto permanente. Um projeto para hoje, seguramente não. O CIEP, como era, era um projeto de intervenção social em uma realidade brutal de um país que estava em fome, em miséria absoluta, quebrado e que tinha pedido bancarrota, falência internacional. Era um projeto que, possivelmente, deveria durar 25 anos e, com isso, teríamos feito uma educação melhor, coisa que não concluímos.

Quer dizer, quando, hoje, pegamos esse relatório que deu origem, aparentemente, a essa monstruosidade dessa MP [da reforma do Ensino Médio] que está aí, o que vemos? Conseguimos aumentar o consumo das pessoas, conseguimos aumentar o bem-estar das pessoas, conseguimos aumentar a longevidade das pessoas e diminuir imensamente a taxa de mortalidade infantil. Parabéns para o governo do PT. Foi muito bom. Mas, quando olhamos a educação, que justamente traria os elementos para manter tais benesses, a educação desabou. Estamos com uma evasão enorme, com uma repetência enorme.

E um sistema onde a quarta série virou um gargalo, a nona série é um desastre. Não estamos melhores do que estávamos há 25 anos, de maneira alguma.

---

**Resumo:** O I Programa Especial de Educação (1983 a 1986) foi uma das experiências mais amplas e emblemáticas da educação em tempo integral no Brasil. O Programa apresentou, como *fazimento* principal, a criação dos Centros Integrados de Educação Pública, instituições para cerca de 1.000 alunos, em tempo integral no espaço escolar. Entre os atores fundamentais para implementação do Programa, destaca-se a professora e pesquisadora Maria Yedda Leite Linhares, convidada por Leonel Brizola e Darcy Ribeiro para ser a secretária municipal de educação do Rio de Janeiro,

entre 1983 e 1986. Buscando o resgate memorialístico a partir de relatos e narrativas que contribuam para o desvelamento da realidade da educação fluminense, entrevistamos o professor e pesquisador Francisco Carlos Teixeira Silva, um dos principais assessores de Maria Yedda naquela gestão municipal. A partir deste diálogo, é possível identificar relações entre as práticas pedagógicas e o pensamento educacional propagado entre os educadores na década de 1980, bem como entre diferentes projetos político-pedagógicos em disputa durante a implementação do Programa.

**Palavras-chave:** Centro Integrado de Educação Pública. Educação Básica. Educação em tempo Integral. Gestão Democrática.

**Abstract:** The I Special Education Program (1983 to 1986) was one of the broadest and most emblematic experiences of full-time education in Brazil. The main creation of the Program were the Integrated Centers of Public Education, institutions for about 1,000 students, at full time in the school space. Among the key actors for the implementation of the Program, we highlight the teacher and researcher Maria Yedda Leite Linhares, invited by Leonel Brizola and Darcy Ribeiro to be the secretary of education of Rio de Janeiro, between 1983 and 1986. Seeking the memorialistic rescue from reports and narratives that contribute to the unveiling of the reality of Rio de Janeiro's education, we interviewed professor and researcher Francisco Carlos Teixeira Silva, one of Maria Yedda's main advisors in that administration. From this dialogue, it is possible to identify relationships between pedagogical practices and educational thinking propagated among educators in the 1980s, as well as between different political-pedagogical projects in dispute during the implementation of the Program.

**Keywords:** Integrated Center of Public Education. Basic education. Integral Education. Democratic management.

## REFERÊNCIAS

- BOMENY, Helena. Salvar pela escola: programa especial de educação. In: FERREIRA, Marieta Moraes (org.). *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV; ALERJ, 2008. p. 95-127. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 11 mar. 2016.
- CREP (Centro de Referência da Educação Pública). *Memórias da Educação Pública: depoimentos de secretários de educação*. v. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: SME/CREP, 2007.
- CUNHA, Luiz Antônio. *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. São Paulo: Cortêz, 2005.
- FARIA, Lia C. M. *Chaguismo e brizolismo: territorialidades políticas da escola fluminense*. Rio de Janeiro: Quartet, 2011.
- FARIA, Lia C. M. Educação, gênero e história. In: CONGRESSO LUSOBRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2008, Porto. *Actas Cultura Escolar: Migrações e Cidadania*. Porto: Universidade do Porto, 2008.
- FARIA, Lia C. M. Escola fluminense e marcos históricos: discursos oficiais. In: BONATO, Naidla Marinho da Costa; XAVIER, Libania (orgs.). *A história da educação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. p. 85-94.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Escolas na vitrine: Centros Integrados de Educação Pública (1983-1987). *Estudos avançados*, São Paulo, v. 15, n. 42, ago. 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000200005>>. Acesso em: 20 Ago. 2013.

SOUZA, Edilson de. *Diálogos entre Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro: o projeto educacional de Brasília (1960) e o Programa Especial de Educação - I PEE Rio de Janeiro (1980)*. 2014. 161f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Recebido em Junho de 2019

Aprovado em Agosto de 2019